

**PBH ATIVOS S.A.**

**CNPJ 13.593.766/0001-79**

**NIRE 31.300.09708-1**

**Ata de Reunião do Conselho de Administração**  
**Realizada em 22 de abril de 2013**

1. **Data, Hora e Local:** dia 22 de abril de 2013 às 16 horas, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na sede da Companhia, na Avenida Otacílio Negrão de Lima, nº 16.950, Bairro Pampulha.
2. **Presença:** totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia; Diretor Presidente da Companhia; Representante do Conselho Fiscal e Representante dos auditores independentes, Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes.
3. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.
4. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **José Lauro Nogueira Terror**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade RG nº M 11.747.335 (SSP/MG), inscrito no CPF/MF sob nº 506.605.947-49, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Francisco Deslândes, nº 811 apartamento 1403 - Anchieta - CEP 30310-530, que indicou a mim, Sr. **Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº M 926.747 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 137.837.506-87, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, nº 2.183, apartamento 601, Bairro de Lourdes, CEP 30160-032, para secretariá-lo.
5. **Ordem do dia:** apreciar e deliberar sobre as contas da Companhia, apresentadas pela Diretoria.
6. **Deliberação:** propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012, juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, que serão publicados.
7. **Parecer do Conselho Fiscal:** o Conselho Fiscal deu parecer favorável à aprovação das contas da Administração.
8. **Encerramento:** Após, tomadas e aprovadas às deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

9. **Assinaturas:** Presidente da mesa/Conselheiro – José Lauro Nogueira Terror; Secretário/Conselheiro; Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado; Conselheiros - Josué Costa Valadão e Rúsvel Beltrame Rocha; Diretor Presidente: Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira; Representante do Conselho Fiscal: Sr. Antônio Marmo Silveira Júnior; Representante da Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes


Belo Horizonte, 22 abril de 2013.



José Lauro Nogueira Terror  
Presidente da mesa/Conselheiro



Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado  
Secretário/Conselheiro



Josué Costa Valadão  
Conselheiro



Rúsvel Beltrame Rocha  
Conselheiro



Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Diretor Presidente



Antônio Marmo Silveira Junior  
Representante do Conselho Fiscal



BaKer Tilly Brasil MG Auditores Independentes  
Representante

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b> CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5055786 EM 22/05/2013 #PBH ATIVOS S.A.#	 MARIANELY DE PAULA ROMÃO SECRETARIA GERAL
PROTOCOLO: 13/334.866-1 <b>A60388601</b>		



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2012

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da PBH ATIVOS, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Criada por autorização da Lei Municipal nº 10.003 de 25/11/2010, a empresa PBH ATIVOS S.A., tem seu campo de atuação definido no estatuto social da Companhia, aprovado pelo Decreto nº 14.444, de 9/06/2011. O objeto social da empresa está disposto no Artigo 2º da Lei, alíneas de I a XII, em que estão caracterizados os tipos e campos de atuação da Companhia, como instrumento jurídico-financeiro auxiliar da administração municipal e ferramenta de viabilização dos modelos de parcerias público-privadas. Tais modelos estão se disseminando pelo país como meio de ampliar e modernizar a prestação de serviços públicos municipais, demandados pela população, com crescentes exigências de qualidade e eficiência. Entretanto para coibir paralelismo e duplicidade de atribuições com outros entes da administração municipal, a Lei delimitou a atuação da empresa ao dispor no parágrafo único do artigo que *“a sociedade deverá agir somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada”*.

Assim, as atividades da PBH ATIVOS S.A., desde sua criação, foram realizadas em atendimento a solicitações de órgãos da municipalidade e para isso, mediante a disponibilização de recursos, através de aumento de capital da empresa, já que o artigo 12 da Lei 10.003/10 veda outras formas de recebimento de recursos do erário municipal.

### I – AÇÕES DA COMPANHIA NO EXERCÍCIO DE 2012

#### 1. Compra de terreno para implantação da nova rodoviária

A PBH ATIVOS foi demandada pelo Município, via BHTRANS, a adquirir parte do terreno de propriedade da União com área de 24.386,30 m² e avaliado em R\$ 10.010.000,00 (dez milhões e dez mil reais), para viabilizar o contrato de concessão assinado, em 19 de março de 2012, entre o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e da BHTRANS, e a SPE TERMINAL RODOVIÁRIO DE BELO HORIZONTE S/A, vencedora da concorrência 006/2012. O contrato de concessão em apreço delega à SPE TERMINAL RODOVIÁRIO a construção, a implantação, a gestão, a manutenção e a operação do novo terminal rodoviário de Belo Horizonte.

Como o terreno era de propriedade da União, por ser remanescente da extinta Rede Ferroviária Nacional e de aquisição financiável pela CEF, a PBH ATIVOS, para concretizar a



demanda apresentada, tomou empréstimo, mediante contrato de compra e venda com a Caixa Econômica Federal, na condição de agente financeiro da SPU- Secretaria de Patrimônio da União-, na venda de imóveis da União.

A cessão dessa área para a empresa concessionária será precedida de instrumento jurídico próprio, a ser elaborado e assinado no momento oportuno.

O financiamento obtido foi de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões de quinhentos mil reais) – 95% do investimento – emprestados à taxa de juros nominal de 10% ao ano, com prazo de 10 anos, distribuídos em 120 parcelas mensais. Para completar a operação, a PBH ATIVOS teria que equacionar recursos iniciais de R\$500.500,00 (quinhentos mil e quinhentos reais) para pagar a entrada fixada para a compra do terreno e as primeiras prestações mensais de R\$ 125.700,67, a partir de 27 de maio de 2012.

## **2. Primeiro aumento do capital**

Para permitir a finalização da compra do terreno e a formalização do contrato de financiamento com a CEF, foi realizado pelo Município aumento de capital na PBH ATIVOS, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), integralizados com recursos orçamentários, que a Companhia utilizou para a finalidade já indicada.

Em reunião realizada em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração da PBH ATIVOS aprovou o aumento de capital da empresa, que estava compreendido dentro do limite de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), autorizado pelo art. 3º, parágrafo 2º do Estatuto Social. O capital social da empresa passou a ser de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil reais), dividido em 235.000 (duzentos e trinta e cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As ações emitidas são subscritas à vista e em moeda corrente pelo Município de Belo Horizonte, com renúncia dos demais acionistas a exercer o direito de preferência.

Esta operação permitiu celeridade na concessão do financiamento, cujo prazo de conclusão teria sido mais longo e de procedimentos mais complexos se o empréstimo fosse pleiteado diretamente pela Prefeitura. Além disso, o nível de endividamento da Municipalidade não foi afetado pela operação, que reduziu em mais de 50% os recursos diretos do Município aplicados no investimento em terrenos necessários à implantação do projeto.

## **3. Segundo aumento de capital para prestar garantias em projetos de PPP's instituídos pelo município**

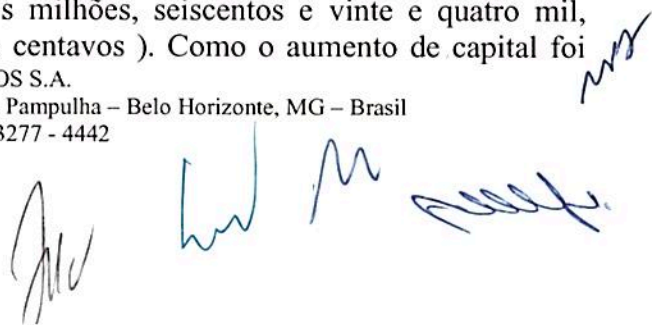
Tendo em vista processos já avançados para a implementação de dois projetos de parceria público-privada, nos quais se previa a prestação de garantias da PBH ATIVOS ao empreendedor privado para cobertura das obrigações assumidas pelo Município, era necessário proceder ao aumento de capital da Companhia, mediante subscrição com base em direitos creditórios detidos pela Municipalidade, conforme previamente autorizado na Lei nº10.003/2010.

Desta forma, em 29/05/2012, o capital da PBH ATIVOS foi aumentado em R\$252.624.385,83 (duzentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos ). Como o aumento de capital foi

PBH ATIVOS S.A.

Av. Otacilio Negrão de Lima, 16.950 – Bairro Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil

Telefone: (31) 3277 - 4442





subscrito pelo Município com direitos creditórios detidos pela Municipalidade junto à COPASA. A definição deste valor, conforme exigências da legislação, foi fixado tomando por base avaliação realizada por firma de auditoria independente, a EVE DATA SERVIÇOS CONTÁBEIS.

Com o aumento, o capital social da Companhia atingiu o valor de R\$254.624.229,41 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), dividido por 29.920.591 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte mil, quinhentas e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, do que resulta em R\$8,51 (oito reais e cinquenta e um centavos) o valor unitário de cada ação.

Para dar efetividade a esse aumento, foi assinado o QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA entre o Município e a COPASA, com a abertura de conta específica, de titularidade da PBH ATIVOS no Banco do Brasil para recebimento, a partir de 30/05/2012, dos valores a serem depositados referentes aos pagamentos dos direitos de créditos integralizados como capital.

### **3. Formalização de garantia na PPP do Hospital com o Novo Metropolitano S/A**

Para a formalização das garantias foram assinados os seguintes documentos:

#### **3.1. Quinto termo aditivo ao convênio de cooperação**

Assinado em 25/10/2012 entre o Município de Belo Horizonte e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, definindo, que parcelas mensais no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais), seriam depositadas em nova conta, aberta pela PBH, junto ao Banco do Brasil. O fluxo dos valores depositados passaria a ser garantia do Contrato de Concessão do Serviço, com a concessionária vencedora da Concorrência - a NOVO METROPOLITANO SPE.

#### **3.2. Termo de compromisso**

Firmado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG, a PBH ATIVOS S.A. e o NOVO METROPOLITANO, mediante o qual são assumidas as seguintes obrigações: ratificação do compromisso de depositar mensalmente a quantia de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais) na nova conta aberta pela Companhia no Banco do Brasil; e compromisso, que sem prévia e escrita anuência da PBH ATIVOS e do NOVO METROPOLITANO, a COPASA MG e o Município, prometem não alterar qualquer cláusula do Quinto Termo Aditivo, assinado em 25/10/2012.

#### **3.3. Contrato de Penhor**

A operação será concretizada com o contrato, a ser assinado entre a PBH ATIVOS e o NOVO METROPOLITANO S.A com a anuência do Município, estabelecendo a garantia total no valor de R\$184 milhões para assegurar o pagamento de indenizações na hipótese de rescisão do contrato de concessão por inadimplemento do Poder Concedente, mediante o penhor dos depósitos e saldos da conta da PBH ATIVOS, aberta no Banco do Brasil. A minuta do contrato, seus termos e condições, já estão acordados entre as partes e está pronto, conforme acertado entre as partes, para ser assinado nos princípios de 2013.



#### **4. Captação de recursos de mercado mediante a emissão de debentures lastreadas em créditos tributários parcelados de titularidade do Município de Belo Horizonte**

##### **4.1. Demanda do Município – Captação de Recursos de Mercado para o Plano Plurianual de Ação Governamental de Belo Horizonte – PPAG-BH**

A Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, solicitou à Companhia que estudasse a possibilidade de estruturar operação de captação de recursos junto ao mercado de capitais, lastreado em direitos creditórios, de titularidade do Município cedidos à PBH ATIVOS, com base no disposto na Lei Nº7932, de 30/12/99, com a redação atualizada. A finalidade da operação é utilizar os recursos para o financiamento do programa de investimentos estabelecidos no Plano Plurianual de Ação Governamental do Município de Belo Horizonte (PPAG-BH).

Tendo em vista o sucesso de operação da mesma natureza realizada pela MGI Participações para o Governo de Minas Gerais, no final de 2012, a PBH ATIVOS, após conhecer melhor essa operação e as experiências em andamento de outras 2 empresas estatais de gestão de ativos com modelagem e estruturação de operações similares ao pretendido pela administração municipal, concluiu pela viabilidade de atender a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Finanças, considerando ainda que o tipo de operação está explicitamente enunciado como atribuição da Companhia – Art. 2º, incisos II, III e VI da Lei nº10.003/10. Entretanto para incumbir-se-á contento da demanda apresentada, considerou condição imprescindível contar com o assessoramento técnico de empresa especializada, com experiência reconhecida pelo mercado no tipo de operações e tendo à sua retaguarda apoiada por trabalhos profissionais especializados de empresas de ratings, de auditoria independente e de “law diligence”. Aprovada esta condicionante, a companhia elaborou termo de referência para licitação de instituição financeira que pudesse estruturar a operação em todas suas etapas (modelagem, emissão, distribuição e colocação das debêntures no mercado).

##### **4.2. Pregão Presencial 2012/005**

Tendo a PBH ATIVOS concluído pela viabilidade de atender a demanda apresentada pela administração municipal, decidiu-se que o processo de seleção da instituição financeira seria realizado mediante licitação na modalidade de pregão.

Para a condução deste processo ficou assegurada a cooperação, mediante convênio, da Gerência de Licitações e Contratações, unidade integrante da estrutura da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa (SMAGEA), detentora de experiência diversificada e consolidada nos preceitos legais, nos procedimentos e ritos próprios das funções da sua área atuação.

Definidos pela PBH o termo de referência para a licitação e pela SMAGEA o edital para o pregão, o processo pode ser iniciado.

Assim, publicado o edital, foi realizado o PREGÃO PRESENCIAL - 2012/005 para seleção da melhor proposta para prestação à PBH de serviços de assessoria na estruturação, formatação, emissão, distribuição e garantia firme de colocação das debêntures, lastreadas em direitos creditórios autônomos, parceladas pelo Município e a serem cedidos à Companhia, sem que comparecessem proponentes.

#### 4.3. Termo de referência para novo pregão presencial

Dado o número de instituições financeiras que expressaram interesse no tipo de operação e dirigiram indagações e questionamentos sobre o pregão, nova licitação foi preparada para atender à demanda da administração municipal já que a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Finanças, continuava empenhada em viabilizar recursos em 2013 para acelerar os investimentos do Plano Plurianual de Ação Governamental do Município de Belo Horizonte (PPAG-BH).

Com base na avaliação crítica quanto aos prazos e condições definidas para a realização do 1º pregão e dos pedidos de esclarecimentos que suscitou entre instituições financeiras potenciais interessadas, a Companhia preparou minuta para novo termo de referência, incorporando sugestões dirigidas durante o certame anterior. O teor documento aperfeiçoado está em condições para ser usado quando do reinício do novo processo licitatório, a ser realizado também na modalidade de Pregão Presencial.

A Administração

1

1

  
Janete Maria de Souza  
Conselheira




**PBH ATIVOS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**



**PBH ATIVOS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

**CONTEÚDO**

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
PAR - 13/049**

**Aos**

**Acionistas e Administradores da  
PBH ATIVOS S.A.**

Examinamos as demonstrações contábeis da PBH ATIVOS S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBH ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2012 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte/MG, 26 de março 2013.



**BAKER TILLY**  
**BRASIL**  
**MG AUDITORES INDEPENDENTES**  
CRC/MG – 005455/O-1

**José Miguel Barros de Rezende**  
Contador CRCMG 056269/O-1

**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC/MG 035718/O-8





**QUADRO 1****PBH ATIVOS S/A****BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Valores em reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Notas explicativas</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.085.790	121.473
Impostos a recuperar	6	46.660	871
Créditos e Valores	5	17.106.809	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>31.239.259</b>	<b>122.344</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Créditos e Valores	5	231.078.250	-
		<b>231.078.250</b>	-
<b>IMOBILIZADO</b>			
	7	10.010.000	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>241.088.250</b>	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>272.327.509</b>	<b>122.344</b>

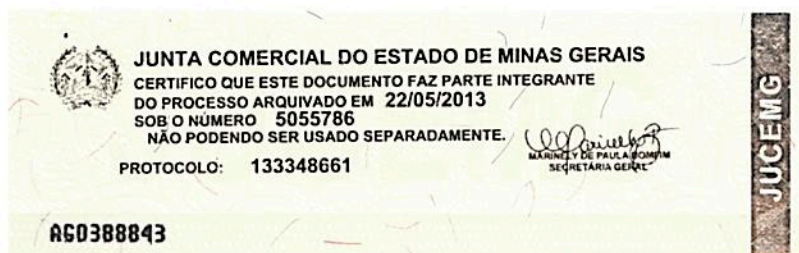
As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

QUADRO 1 (Página 2)

PBH ATIVOS S/A

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
 (Valores em reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Notas explicativa</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	623.407	-
Fornecedores	8	2.128	-
Obrigações trabalhistas	11	26.322	15.544
Obrigações tributárias	10	2.675	155
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>654.532</b>	<b>15.699</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	8.503.671	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>8.503.671</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	12	254.974.386	350.000
Reserva de lucros a realizar	13	8.194.920	-
Lucros Acumulados		-	(243.355)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>263.169.306</b>	<b>106.645</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>272.327.509</b>	<b>122.344</b>



As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis



**QUADRO 2****PBH ATIVOS S/A****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011****(Valores em reais, exceto lucro por quotas)**

	<u>Notas explicativas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas		(394.778)	(210.671)
Depreciação e amortização		-	-
Outras		(44.893)	(34.852)
	<b>15</b>	<b>(439.671)</b>	<b>(245.523)</b>
 <b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>		 <b>(439.671)</b>	 <b>(245.523)</b>
 Resultado financeiro líquido	 <b>16</b>	 8.877.946	 2.168
		<b>8.877.946</b>	<b>2.168</b>
 <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		 <b>8.438.275</b>	 <b>(243.355)</b>
 Lucro líquido por ação		 0,28	 (0,01)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

**QUADRO 3**

**PBH ATIVOS S/A**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Valores em reais)**

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>350.000</b>	-	-	<b>350.000</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(243.355)	(243.355)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>350.000</b>	-	<b>(243.355)</b>	<b>106.645</b>
Aumento de capital	254.624.386	-	-	254.624.386
Lucro do exercício	-	-	8.438.275	8.438.275
Transferência de lucro não realizado	-	8.194.920	(8.194.920)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>254.974.386</b>	<b>8.194.920</b>	<b>-</b>	<b>263.169.306</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.



**QUADRO 4****PBH ATIVOS S/A****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Valores em reais)**

	2012	2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo do exercício	8.438.275	(243.355)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>		
Juros provisionados s/ os empréstimos e financiamentos	623.176	-
Atualização de créditos a receber	(8.791.309)	-
Juros ativos s/ recebimento de dívida	(303.312)	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>(33.170)</b>	<b>(243.355)</b>
<b>Redução (Aumento) nos ativos:</b>		
Impostos a recuperar	(45.789)	(871)
Créditos a receber s/ dívida	(252.784.724)	-
Valores recebidos s/ dívida	13.694.286	-
	<b>(239.136.227)</b>	<b>(871)</b>
<b>Aumento (Redução) nos passivos:</b>		
Fornecedores	2.128	-
Obrigações trabalhistas	10.778	15.544
Obrigações tributárias	2.520	155
	<b>15.426</b>	<b>15.699</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(239.153.971)</b>	<b>(228.527)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições ao ativo imobilizado	(10.010.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(10.010.000)</b>	<b>-</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Aumento de capital social	254.624.386	350.000
Capitalização de empréstimos e financiamentos	9.509.500	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.005.598)	-
Receita diferida	-	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>263.128.288</b>	<b>350.000</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>13.964.317</b>	<b>121.473</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	121.473	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.085.790	121.473
<b>Variação no período</b>	<b>13.964.317</b>	<b>121.473</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A PBH Ativos S/A foi constituída em 29 de março de 2011 como uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia tem como objetivo social a realização em nome próprio e por sua responsabilidade as seguintes atividades:

- a) Titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais;
- b) Auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Companhia;
- c) Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- d) Auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral;
- e) Conservar, manter, reformar ou ampliar seus bens, em especial aqueles recebidos do Município em aporte de capital e aqueles locados pra uso da Administração Municipal;
- f) Auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantia ou assumir obrigações;
- g) Licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município;
- h) Auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico;
- i) Custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- j) Participar de outras sociedades cujo objetivo social seja compatível com suas finalidades;
- k) Captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município;
- l) Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

A Companhia tem sua sede situada à Avenida Otacílio Negrão de Lima, 16950, bairro Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

**2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações contábeis da Companhia foram originalmente preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise da recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, assim como análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

Quando da elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, a administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações contábeis não podem ser calculados com precisão. A administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências.

Deste modo, as estimativas realizadas até 31 de dezembro de 2012 utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis podem ser alteradas posteriormente.

Para a elaboração das demonstrações contábeis a Companhia não efetuou estimativas significativas na avaliação dos saldos de ativo e passivo, despesas e receitas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer, provavelmente, nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA – prevista no CPC 26 não será apresentada em função da Companhia não ter efetuado ajustes a serem demonstrados. O resultado abrangente em 31 de dezembro de 2012 é igual ao resultado da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Com a adoção do IFRS o “Balanço Patrimonial” passa a ser chamado de “Demonstrações Contábeis”.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1. Introdução ao IFRS**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, onde não se apurou ajustes significativos a serem feitos nas contas patrimoniais.

#### **3.2. Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial IFRS.**

##### **3.2.1. Reconhecimento das receitas**

A receita é reconhecida na DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo. Isso significa, de fato, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento de ativo ou de diminuição de passivo.



### 3.2.2. Moeda funcional e report

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em reais. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.2.3. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas demonstrações contábeis.

### 3.2.4. Ajuste a valor recuperável de ativos

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia deve avaliar se há indicação de seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevantes. Se houver a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não apresentou perdas significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.

### 3.2.5. Instrumentos financeiros

Dentro da abordagem adotada pelo IASB, para o tratamento dos instrumentos financeiros o CPC 14 tem como pilares o reconhecimento dos instrumentos financeiros de acordo com sua natureza econômica, a sua classificação de acordo com a finalidade para a qual estão sendo utilizados, a mensuração pelo valor justo de todas as operações com derivativos e dos instrumentos financeiros classificados como "mensurados pelo valor justo através do resultado" e "disponíveis para a venda", a contabilidade das operações de *hedge* e ampla evidenciação das operações realizadas.

### 3.2.6. Valor justo

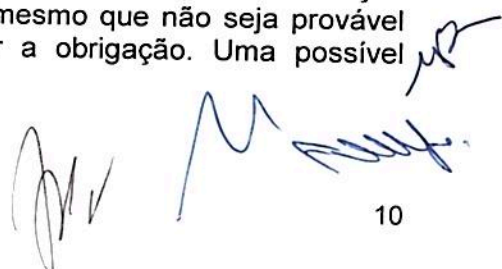
O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.

### 3.2.7. Caixa e equivalentes

Caixa e equivalentes de caixa incluem valores disponíveis em contas correntes bancárias, sem risco material de perda de valor no caso de variações nas taxas de juros e sujeitos a riscos imateriais de variação no valor.

### 3.2.8. Provisões e passivos contingentes

Passivos contingentes, que são obrigações atuais, são reconhecidos em uma combinação de negócios, por se enquadrarem na definição de passivo, mesmo que não seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Uma possível obrigação não é reconhecida por não ser um passivo.



A administração da Companhia não tem expectativa de passivos contingentes em 31 de dezembro de 2012.

### 3.2.9. Imposto sobre a renda

O imposto de renda corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável do exercício é diferente do lucro líquido apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui as receitas e despesas que serão tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, bem como as receitas ou despesas que nunca serão tributáveis ou dedutíveis.

No período até 31 de dezembro de 2012 a Companhia não apurou lucro contábil ou tributável.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. As aplicações financeiras referem-se a investimentos no Banco do Brasil (CP Admin. Soberano) e na Caixa Econômica Federal na modalidade de poupança.

Disponibilidades	2012	2011
Caixa	-	-
Bancos	1.069.840	-
Aplicação Financeira (Caixa Econômica Federal)	5.000.000	-
Aplicações Financeiras (BB CP ADMIN)	8.015.950	121.473
	<b>14.085.790</b>	<b>121.473</b>

Não existe nenhuma restrição quanto aos saldos apresentados.

## 5. CRÉDITOS E VALORES

Os créditos e valores a receber se referem à conferência dos créditos detidos perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG - transferidas pelo Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, representado pelo Prefeito Márcio Araújo de Lacerda para a subscrição do capital social da Companhia em 27/04/2011. Estes créditos são provenientes do Convênio de Cooperação Destinado a Prestação Compartilhada de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento Básico no Município de Belo Horizonte, celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a Copasa MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP e do Termo de Reconhecimento de Dívida referente aos custos de DRENURBS, a serem recebidos pela PBH Ativos. Os valores a receber estão assim separados:

	<u>2012</u>
Copasa MG - Convênio de Cooperação	243.915.931
Copasa MG - Reconhecimento de Dívida DRENURBS	4.269.128
	<u>248.185.059</u>

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

O saldo registrado refere-se a imposto a recuperar do ano corrente e do exercício anterior, cuja realização esperada pela Administração ocorrerá em até 5 anos, levando em consideração o período de apuração do imposto.

Composição	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRRF s/ aplicações financeiras	45.789	871
Saldo Negativo de IRPJ	<u>871</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>46.660</u></b>	<b><u>871</u></b>

## 7. IMOBILIZADO

As análises da Administração não indicam indícios internos ou externos de redução relevante nos valores de recuperação para seus ativos imobilizados, dispensando a realização de ajustes de *impairment*. O ativo imobilizado é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia e está demonstrado como segue:

<u>Imobilizado</u>	<u>Terrenos</u>
<b>Custo em 31 de dezembro de 2011</b>	-
Aquisições	10.010.000,00
Baixas	-
<b>Custo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>10.010.000,00</b>

Foram realizados testes de recuperabilidade no ativo imobilizado sem a necessidade de ajustes para o exercício



## 8. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro, alguns dos principais fornecedores da Companhia estão assim demonstrados:

Fornecedores	2012	2011
Kap Registros e Cadastros Ltda.	885	-
Krypton Serviços Contábeis S.S.	1.202	-
Canal Publicações e Publicidade Ltda	41	-
<b>Total</b>	<b>2.128</b>	<b>-</b>

As obrigações com fornecedores são decorrentes do fornecimento de serviços necessários às atividades da Companhia.

Os saldos apresentados não possuem riscos por eventuais variações cambiais.

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em abril de 2012 foram contratados sete empréstimos bancários junto à Caixa Econômica Federal para aquisição do imobilizado da Companhia. O prazo dos empréstimos é de 120 meses, com o primeiro vencimento em maio de 2012 e as demais parcelas nos meses subsequentes. Os saldos devedores estão assim demonstrados:

Empréstimos e Financiamentos	2012		2011	
	Custo	Taxa Efetiva ao mês	Custo	Taxa Efetiva ao mês
<b>Passivo Circulante</b>				
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111111	373.670	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111112	80.962	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111113	33.008	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111114	37.990	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111115	41.104	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111116	30.516	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111117	26.157	0,83%	-	0,00%
	<b>623.407</b>		<b>-</b>	
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111111	5.097.105	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111112	1.104.373	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111113	450.244	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111114	518.206	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111115	560.682	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111116	416.264	0,83%	-	0,00%
Caixa Econômica Federal - contrato 109351111117	356.797	0,83%	-	0,00%
	<b>8.503.671</b>		<b>-</b>	

## 10. TRIBUTOS A RECOLHER

Os valores registrados na rubrica de tributos a recolher são decorrentes da operação regular da Companhia.

Composição	2012	2011
IRRF Pró - Labore código 0561 a recolher	2.478	57
IRRF serviços de terceiros código 1708 a recolher	197	98
<b>Total</b>	<b>2.675</b>	<b>155</b>

## 11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

A Companhia apresenta obrigações com os conselheiros e encargos sociais conforme quadro abaixo:

Composição	2012	2011
Pró-Labore a pagar	20.871	12.284
Encargos sociais a recolher	5.451	3.260
<b>Total</b>	<b>26.322</b>	<b>15.544</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

Com o objetivo de dotar a companhia de ativo adequado a lastrear suas operações, dentro do limite autorizado pelo artigo 3º, parágrafo 2º do Estatuto Social, o capital da companhia que era composto por 35.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal foi aumentado da seguinte forma:

- em 16 de abril de 2012 mediante a emissão de 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 10,00 (dez reais) por ação; e,
- em 29 de maio de 2012 mediante a emissão de 29.685.591 (vinte e nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 8,51 (oito reais e cinquenta e um centavos) por ação.

Com isso, o capital social da companhia passou a ser de R\$ 254.974.385,83 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), dividido em 29.920.591 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte mil, quinhentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.



A composição acionária da Companhia pode ser assim demonstrada:

	Quantidade de Ações	Participação em %
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	29.920.413	99,999406
Empresa de Transporte e Trânsito de BH S.A.	87	0,000291
Empresa de Informática e Informação do M. de BH S.A.	87	0,000291
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	1	0,000003
José Lauro Nogueira Terror	1	0,000003
Josue Costa Valadão	1	0,000003
Marco Aurélio de Vasconcelos Cançado	1	0,000003
<b>Total</b>	<b>29.920.591</b>	<b>100</b>

As ações emitidas foram subscritas e integralizadas no ato pelo Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, representado pelo Prefeito Márcio Araújo de Lacerda, mediante a conferência dos créditos detidos perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa MG.

#### **b. Reserva legal**

Conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Reserva Legal constituída tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Reserva será constituída limitando-se a 20% do capital social da Companhia.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não apurou lucro contábil, portanto não foi realizada a provisão para Reserva legal por só ter apresentado prejuízo.

#### **c. Política de dividendos**

No estatuto social da Companhia não há previsão para distribuição de dividendos aos acionistas.

### **13. RESERVA DE LUCROS A REALIZAR**

Refere-se a atualização monetária do saldo a receber junto a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPAPA MG, relativa as parcelas vincendas, proveniente do aumento de capital feito pela controladora Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

### **14. RECEITAS TRIBUTÁVEIS**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não apresentou receitas tributáveis.



## 15. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Referem-se a gastos com pessoal administrativo, gastos com contratação de serviços de terceiros, gastos com pagamento de taxas diversas referentes a registros de atas entre outros as quais estão classificadas como despesas tributárias e demais despesas gerais como materiais de escritório, cartórios e propaganda e publicidade. Os saldos podem ser assim sumariados em 31 de dezembro:

Composição	2012	2011
Despesas com pessoal	274.962	172.246
Serviços de terceiros	119.815	38.424
Despesas gerais	33.643	8.463
Despesas tributárias	11.251	26.390
<b>Total</b>	<b>439.671</b>	<b>245.523</b>

## 16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012 está assim demonstrado:

Composição	2012	2011
Receitas financeiras	9.501.572	4.937
Despesas financeiras	(623.626)	(2.769)
<b>Total</b>	<b>8.877.946</b>	<b>2.168</b>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro contábil nem lucro tributável no período findo em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

O saldo de prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 243.355,09.

O saldo de prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 353.034,15.

Em virtude de incertezas quanto ao prazo de recuperação dos referidos créditos e à falta de histórico de lucratividade, a Companhia optou, conservadoramente, por não constituir imposto de renda diferido conforme CPC 32 – IAS 12.

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação e prazos de prescrição aplicáveis.

\*\*\*\*\*